

# UM TERRITÓRIO EM MUDANÇA: PADRÕES TERRITORIAIS, TIPOLOGIA URBANA E DINÂMICAS\*

*Teresa Sá Marques\*\**

## 1. Urbanização e despovoamento: novas dinâmicas e novos problemas

Os processos de urbanização desenvolveram-se de diversas formas nas últimas décadas. Esses processos tomam dimensões e formas diferentes de país para país. O Reino Unido, a Alemanha e os Países Baixos são países densos e com uma urbanização muito antiga. A França, a Itália do Norte, a Áustria e a Espanha juntaram-se mais tarde aquele grupo anterior e apresentam hoje em dia densidades mais fracas sentindo recentemente um processo intenso de urbanização e de formação de grandes regiões urbanas. Em Portugal, tal como no sul da Itália, na Irlanda, na Grécia e na Suécia, uma parte do território está ainda a atravessar um intenso processo de suburbanização.

As metrópoles e as cidades estenderam-se. Os espaços de residência alargaram-se, as distâncias percorridas são cada vez maiores e novas morfologias urbanas apareceram. O tecido urbano perdeu continuidade e ficou mais fragmentado, as habitações misturaram-se com as actividades industriais e comerciais e estenderam-se pelas áreas rurais. Os limites entre as cidades e os campos diluíram-se; novas centralidades periféricas apareceram; a cidade perdeu a sua centralidade radial e o urbano estendeu-se.

Nas áreas mais urbanizadas, este processo fez com que as metrópoles, as cidades e mesmo os pequenos centros urbanos se integrassem num sistema policêntrico aparente, no qual a vida quotidiana se interliga, onde se pode residir, trabalhar, educar os filhos e passar os tempos de lazer em ambientes urbanos muito diversificados. Ligados a estes processos de extensão, de descontinuidade, de heterogeneidade e de multipolariedade, novas morfologias e novas funcionalidades emergiram.

---

\* O texto apresentado é uma versão preliminar de um capítulo da tese de doutoramento, em desenvolvimento, a apresentar à FLUP. A investigação aqui apresentada insere-se na temática “Dinâmicas territoriais e sistema urbano nacional”. Este artigo parte de um texto já publicado – Marques, Teresa (2000), “Dinâmicas e padrões territoriais”, INE – e desenvolve com mais profundidade os processos da década de oitenta e as dinâmicas e as tipologias urbanas do início dos anos noventa.

\*\* Geógrafa, investigadora do GEDES/FLUP

A cidade tradicional densa, de contornos nítidos e com um centro de gravidade permanece mas em articulação com novos espaços urbanizados, de maior ou menor extensão, polarizados ou não por outros pequenos centros. Neste contexto de forte urbanização misturam-se, por vezes, modelos tradicionais de povoamento difuso, que aparentemente parecem estar a ser integrados ou a ser assimilados pelos processos em curso.

A mobilidade facilita e contribui para esta aparente dispersão. A oferta vai-se diversificando na criação de novas centralidades e os indivíduos frequentam diferentes centros, em função das circunstâncias e das opções que podem fazer. Cria-se uma rede relacional, mais articulada e mais extensa. Com estas novas mobilidades, novos centros emergem, novas funções urbanas surgem e constroem-se novas conjugações e configurações territoriais.

Ao mesmo tempo, um vasto território sofre um intenso processo de despovoamento e aparente imersão. Algumas pequenas cidades e pequenos centros resistem e mostram algum dinamismo e capacidade para atrair a população que abandona os espaços envolventes. Mas as pequenas cidades cada vez crescem menos, com o campo a ter cada vez menos massa demográfica e, também por isso, menos capacidade para alimentar o crescimento urbano. Assim neste contexto territorial, algumas pequenas cidades médias e pequenos centros urbanos começaram a mostrar alguma incapacidade para travar os processos de despovoamento em curso e passaram também a perder população residente.

Em vésperas de se realizar um novo Recenseamento da População faz sentido retratar as dinâmicas verificadas nas últimas décadas. A imagem que o novo Recenseamento vai proporcionar foi construída ao longo décadas, sobretudo nos últimos cinquenta anos. É essencial analisar as transformações do sistema de cidades portuguesas e de todo o contexto territorial envolvente. Para isso é necessário fazer um conjunto de análises sobre a estrutura de transformações, realçando as relações existentes entre os processos de urbanização, industrialização e terciarização. Embora se tenham registado importantes transformações, umas conjunturais outras estruturais, outras ainda determinadas por factores externos e por justificações internas, fica a dúvida de saber se se verificaram ou não transformações que mudaram claramente a organização territorial? E se há ou não uma resistência à mudança?

O que se pretende apresentar é só um pequeno contributo para a análise das transformações complexas em curso, procurando constituir algumas respostas. Será que se tem na memória a imagem correcta do país que somos e que estamos a construir? A imagem de um território marcado pela dicotomia litoral e interior será verdadeira? A imagem de uma extensa mancha urbanizada entre Setúbal e Viana do Castelo será precisa?

A análise elaborada demonstra uma complexidade territorial que será parcialmente decifrada. Partimos desde já com as seguintes ideias:

– A imagem de um território marcado pela dicotomia litoral e interior é simplista.

- A extensão da urbanização, entre Setúbal e Viana do Castelo, evidencia uma multiplicidade de dinâmicas e morfologias.
- O despovoamento está a estender-se e a urbanização está a concentrar-se.
- A extensa mancha despovoada está salpicada por muito pequenas concentrações urbanas.
- Uma bolsa demográfica, urbana e social emerge sempre no Noroeste, em torno do Porto, com uma forma clara e constante.
- No Algarve afirma-se e estende-se a estrutura urbana linear ao longo da costa.
- Restam as metrópoles, também elas diferentes: Lisboa num processo de metropolização de carácter concentrado e o Porto num processo de metropolização difusa.

A pesquisa elaborada procura identificar uma imagem do território português assente na identificação de sistemas territoriais locais, que tenta incorporar o modo de habitar e usar o território. As categorias habituais de “cidade” e “campo” ou “centro” e “periferia” estão a tornar-se obsoletas perante uma complexidade de estruturas, funções, movimentos, enfim novas morfologias e urbanidades. Teoricamente, o uso dos meios de transporte individuais, as telecomunicações e os novos processos de organização do trabalho e do consumo estão a contribuir para a extensão dos territórios das cidades, formando novas áreas urbanas, largamente descontínuas, diversificadas e muitas vezes policêntricas. Dilatação, densidades irregulares, descontinuidades e estruturas polinucleadas são algumas das características destes novos espaços urbanos.

A análise desenvolvida neste artigo é um contributo parcial de um trabalho mais vasto, que se confronta com uma realidade em rápida transformação e ainda pouco conhecida, onde claramente a cidade está a transformar-se e o rural está a urbanizar-se.

Procura-se encontrar uma imagem dinâmica, constituída através de múltiplas famílias de representações territoriais e apoiada no cruzamento de diversas lógicas residenciais. É desse cruzamento que esperamos compreender mais alguma coisa sobre as transformações em curso, onde as formas das cidades e as formas de vida dos habitantes se envolvem de um modo imprevisível e, no entanto, nunca se associando de uma forma determinista.

Foram construídas imagens de conjunto a partir dos dados censitários de 1981 e 1991 e dos processos em curso na década de oitenta e noventa. Trata-se de mapas que visualizam com eficácia o impressionante processo em curso. A análise apresentada baseia-se num conjunto de vinte e quatro variáveis apoiadas em características da população residente, construídas a partir dos Recenseamentos da População. As lógicas de localização do emprego, as mobilidades e as centralidades de comércio e serviços não serão tratadas nas sínteses aqui apresentadas. As imagens territoriais tentam nesta apresentação

só retratar as lógicas residenciais e as algumas características inerentes à população residente. Assim, uma visão mais aproximada e global das morfologias de povoamento e das morfologias económicas-sociais só será conseguida através de uma visão mais integrada e mais globalizada<sup>1</sup>.

## **2. Lógicas residenciais: padrões e dinâmicas territoriais<sup>2</sup>**

Procurando sistematizar e simplificar o que à partida é complexo, podemos em termos globais considerar três grandes tipos de territórios. Por sua vez, estes três tipos subdividem-se de forma a expressar a própria heterogeneidade e diversidade territorial (figura n.º 1).

### *A. Os territórios do Rural*

1. Rural despovoado e muito regressivo
2. Rural despovoado e regressivo

### *B. Os territórios entre o Rural e o Urbano*

- 3 – Rural agrícola despovoado
- 4 – Urbano-industrial
- 5 – Os territórios de transição

### *C. Os territórios Urbanos*

- 6 – Urbano moderadamente denso
- 7 – Urbano moderadamente populoso
- 8 – Urbano populoso
- 9 – Urbano, jovem e muito populoso

Os Territórios Rurais dos anos noventa são demograficamente regressivos e perderam claramente os seus residentes activos agrícolas. São os territórios abandonados, onde já resta pouca população residente para cuidar da paisagem e dos recursos locais. A intensidade da perda e os níveis de envelhecimento da população não são homogéneos neste vasto território.

Os Territórios Urbanos identificam as áreas residenciais em forte crescimento demográfico. São, nos dias de hoje, os grandes espaços residenciais do Continente, ora demograficamente mais jovens, ora mais densos, ora mais populosos.

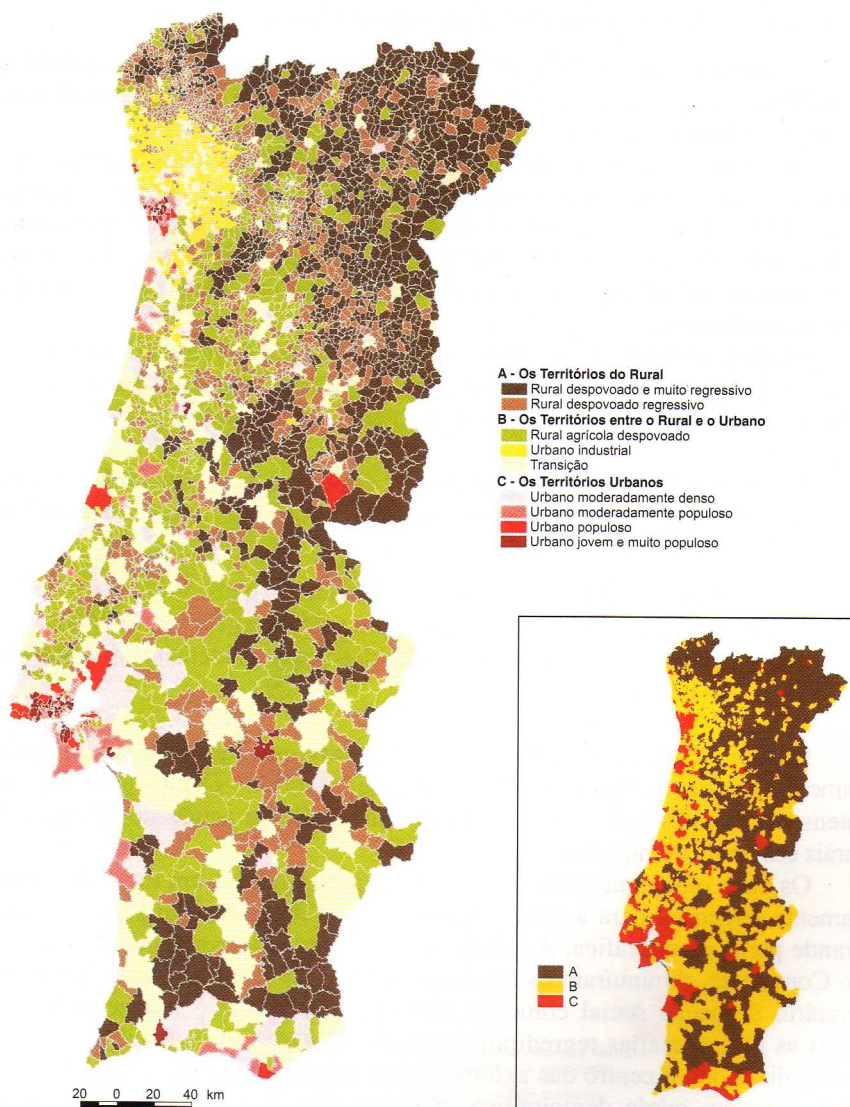
Os Territórios entre o Urbano e o Rural apresentam internamente uma clara diversidade. Uma extensa área do país é uma área residencial Urbano-industrial, pois apresenta alguma densidade populacional, dinâmicas demográficas significativas e população residente predominantemente activa no sector secundário. No entanto, em algumas freguesias, no Rural-agrícola despovoado, a população residente é escassa e em diminuição, e domina o sector primário na estrutura de actividades dos residentes. Por fim, algumas áreas,

---

<sup>1</sup> Objecto de investigação no Projecto de investigação em curso.

<sup>3</sup> Ver figuras n.º 1 e 2

Fig. 1 – Padrões territoriais 1991



os Territórios de Transição, não apresentam características muito específicas, sobressaindo sobretudo valores de transição (a maioria dos indicadores em análise estão classificados na classe intermédia).

Os processos residenciais mais característicos na década de oitenta podem enunciar-se designadamente da seguinte forma:

- a desurbanização do centro das grandes metrópoles está associada à suburbanização das periferias, o que se relaciona com a desconcentração de certas actividades produtivas<sup>3</sup> e a expansão da função residencial;

- a expansão do crescimento urbano para espaços mais extensos dá lugar a diversos movimentos e desenvolvimentos também eles extensivos, configurando redes policêntricas e de geometria variável, onde se inserem as tradicionais pequenas cidades, novas centralidades e as áreas ru-urbanas. Esta vaga de urbanização ou metropolização afectou cidades e centros de diferentes dimensões;

- o despovoamento residencial de vastos territórios, num claro abandono dos espaços rurais e uma nítida atractividade pelos espaços urbanos, arrasta uma nova configuração territorial e uma nova organização espacial.

Aparentemente o território parece ter andado a três velocidades. Entre 1981 e 1991 três importantes processos estiveram em curso no território português (figura n.º 2):

- A perda da função residencial na cidade densa e histórica;
- A extensão do urbano residencial num vasto território suburbano;
- O despovoamento ou a estagnação das áreas residenciais nos territórios em perda.

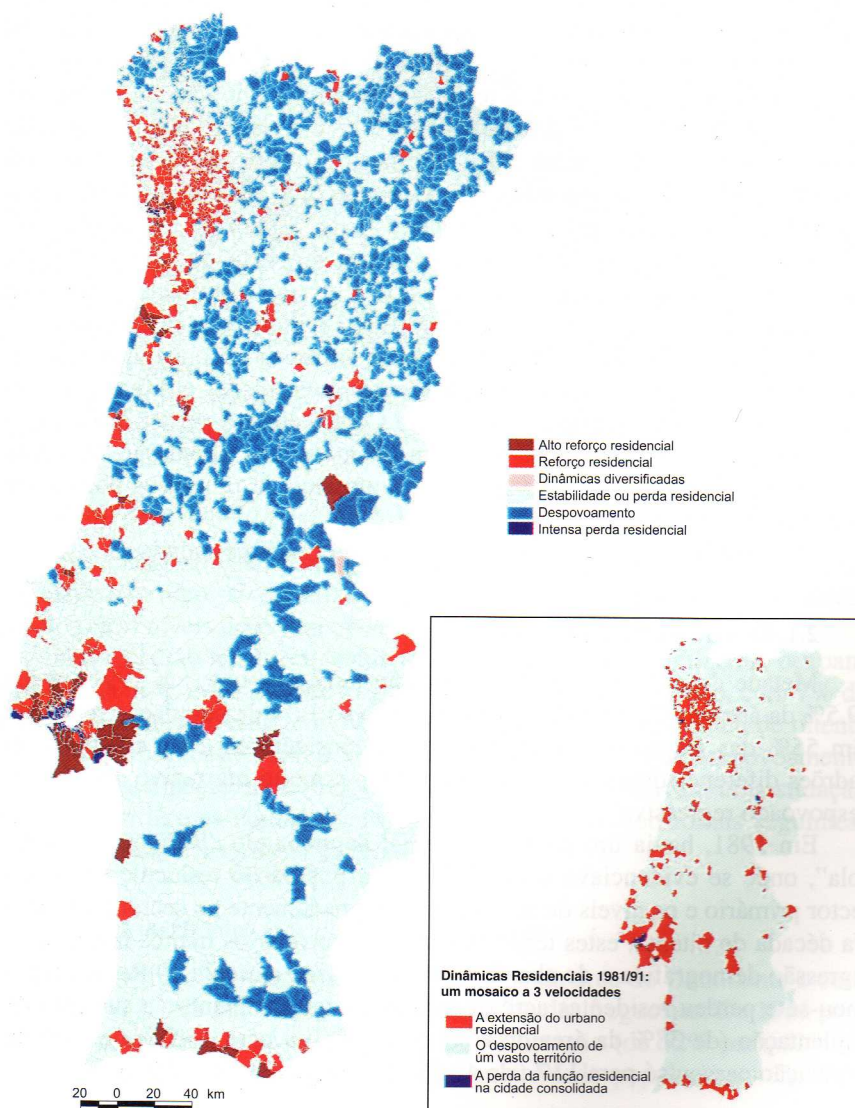
Estas dinâmicas sistematizam as actuais preocupações ao nível do ordenamento territorial: Como actuar na cidade histórica? Como qualificar os intensivos processos de urbanização em curso? Como actuar nos territórios rurais em perda demográfica?

Os anos oitenta abriram claramente as preocupações em torno do ordenamento territorial para a cidade histórica, mais densa no edificado mas em grande perda demográfica. A cidade histórica perdeu importância residencial no Continente, diminuíram os residentes activos no sector terciário (tanto no terciário de acção social como de natureza económica) e no secundário e todas as franjas etárias regrediram. Quando falamos de desurbanização queremos dizer que o centro das aglomerações, antes protagonistas da urbanização, estão em perda demográfica. Referimo-nos ao vazio residencial dos centros em termos relativos e a uma perda absoluta evidente. No centro regista-se a obsolescência física do património edificado, a degradação dos espaços públicos, a insuficiente segurança e perda de qualidade de vida, um

---

<sup>3</sup> A desconcentração das actividades produtivas não será tratada neste momento.

Fig. 2 – Dinâmicas residenciais 1981/91:  
um mosaico a 6 velocidades



ciclo familiar que favorece a mudança residencial, a terciarização e a relocação funcional. Por outro, o reforço da mobilidade, a procura de espaços residenciais novos e aparentemente mais desafogados da densidade dos centros, o desejo de uma qualidade ambiental em torno da residência e custos de aquisição mais suportáveis contribuem claramente para este movimento.

Como se identifica no mapa seguinte, as periferias das metrópoles estão a afirmar-se claramente como espaços residenciais. Estão a ganhar peso demográfico no Continente, a reforçar a densidade habitacional, a crescer em altura (alojamentos por edifício), a reforçar os seus residentes activos na sector secundário e terciário e a registar importantes entradas da mulher no mercado de trabalho. Este processo estende-se claramente por uma grande coroa no Noroeste. Por outro lado, o restante território do Continente está pontuado por pequenas emersões numa extensa área em perda (são as cidades médias e algumas sedes de concelho). Esta “figura de transformação” contradiz claramente uma ideia, mais ou menos simplista, de um litoral dinâmico e um interior regressivo. Pelos vistos, a expansão urbana é extensiva mas circunscrita, estando muito longe de afectar o litoral no seu conjunto.

Por fim, um extenso território das áreas em perda esconde uma diversidade de processos regressivos, com diferentes intensidades e diferentes conjugações. Em termos globais, o Norte e o Centro estão a perder mais que o Alentejo que, naturalmente, já tinha em oitenta pouca população residente para perder. Para lá desta diversidade, um mosaico de processos podem ser detectados e caracterizados.

De seguida analisar-se-à cada um dos territórios apresentados.

## **2.1. Os territórios do Rural**

Metade do país faz parte deste padrão territorial que, em 1991, ocupa 49,5% da área do Continente e que concentra só 13% da população residente (em 55% das freguesias). Em 1991, pode considerar-se dois sub-tipos ou padrões diferenciadores: o “rural despovoado e muito regressivo” e o “rural despovoado regressivo”.

Em 1981, havia um padrão territorial denominado “Rural activo agrícola”, onde se evidenciava a importância da população residente activa no sector primário e os níveis de actividade, designadamente no sector feminino. Na década de oitenta, estes territórios sentiram processos muitos intensos de regressão demográfica e de abandono da actividade agrícola. O Rural despovoou-se e perdeu residentes activos na agricultura e aumentou a sua área de implantação (de 38% da área do Continente passou para 49,5%; de 11% da população passou só para 13%; de 47,5% das freguesias para 55%).

*Rural despovoado e muito regressivo*

São territórios escassamente povoados, pouco densos, regressivos em termos demográficos e com estruturas etárias envelhecidas. A população residente activa não tem expressão nacional; as percentagens de empregados na população residente são muito baixas e as mulheres também não têm expressão significativa na estrutura da população residente activa. Em termos sectoriais nenhuma actividade tem expressão nacional e ao nível da estrutura de residentes de activos da freguesia só o sector primário se evidencia. É a classe do esvaziamento geral onde os processos de inversão poderão estar comprometidos.

Em 1981, a classe correspondente (a classe mais despovoada e regressiva) apresentava os indicadores ligeiramente menos desanimadores. Os valores pioraram de 81 para 91 e os níveis de envelhecimento ficaram claramente mais expressivos. Em termos de actividades, o sector primário subiu de classe (de elevado para muito elevado) na estrutura da freguesia, o que demonstra que é esta a actividade residual de uma população envelhecida e em pequeno número.

Neste padrão territorial só reside 5% da população do Continente, ocupando 32% da área, em 27,5% das freguesias (1991).

*Rural despovoado e regressivo*

Esta classe apresenta-se ligeiramente melhor que a anterior. O processos em curso são regressivos ainda que menos intensos e caminha-se em direcção aos altos níveis de esvaziamento demográfico da classe anterior.

Neste padrão territorial reside 8% da população do Continente, ocupando 18% da área, em 27% das freguesias. Em 1981, neste padrão, com 7% da área do Continente, residiam 3% da população. Assim, na década de oitenta reforçou-se muito este padrão, o que resulta dos processos de despovoamento e de envelhecimento em curso; os territórios que aparentavam uma situação razoável em termos demográficos (típica dos padrões territoriais seguintes) viram o seu posicionamento agravar-se.

**2.2. Os territórios entre o Rural e o Urbano**

Estes territórios ocupavam em 1991, 42% da área do Continente e concentravam 37% da população residente em 37% das freguesias. De 1981 para 1991, esta grande classe perdeu área de implantação (de 52% para 42% do território) e perdeu ainda alguma representatividade populacional (de 40% para 37%).

Em 1991, podemos considerar três tipos ou padrões diferenciadores: o “urbano-difuso industrial”; o “rural-agrícola despovoado” e a “transição”. No entanto, em 1981, o panorama era diferente.

Os territórios do Urbano industrial de 81 para 91 afinaram ou especificaram as suas características. Em contrapartida, o Rural agrícola perdeu área e população e modificou claramente as suas características. Diminuiu claramente a população residente activa do sector primário e houve uma espécie de deslocamentos em dois sentidos: algumas freguesias perderam população activa agrícola e regrediram demograficamente dando origem ao Rural despovoado, moderadamente regressivo; outras áreas perderam também activos no primário mas ganharam população e activos noutros sectores, originando uma classe de Transição.

### *Urbano difuso industrial*

É um território com uma população predominantemente jovem, com uma estrutura de actividades onde se evidencia claramente o sector secundário, de fraca densidade populacional e onde a dimensão das famílias é mais elevada. A densidade intermédia conjuga-se com um baixo índice de alojamentos por edifícios e uma variação populacional razoável. Em termos de actividades registam-se taxas elevadas, uma forte participação da mulher no mercado de trabalho e um sector secundário dominante, contrastando com um sector primário e terciário fraco. A população mais idosa é muito pouco expressiva, mas os mais jovens (0 – 14 anos e dos 15 – 24 anos) evidenciam-se claramente.

Neste padrão territorial reside 8% da população do Continente, ocupando 2% da área, em 12% das freguesias. Em 1981, representavam 9,6% da população em 3% da área. Mas analise-se as alterações na década de oitenta. Em 1981, este padrão apresentava-se relativamente próximo dos territórios rurais onde a agricultura tinha ainda importância na estrutura de residentes activos. Em 1991, este padrão afasta-se e individualiza-se de uma forma clara. Percebe-se que aumentou de densidade, perdeu alguma dinâmica populacional, aumentou os níveis de actividade, designadamente feminina, reforçou o peso do sector secundário no Continente e nas freguesias e reforçou o peso dos mais jovens. Em termos de área de implantação manteve, *grossa modo*, o mesmo desenho.

### *Rural agrícola despovoado*

Este mosaico apresenta ingredientes bastante interessantes. Territórios com fraca representatividade demográfica, com variações da população negativas, mas não tão reduzidas como as anteriores, de baixa densidade e onde se evidencia a importância nacional dos residentes activos do sector primário. Aqui, os residentes activos do sector primário tinham, em 1991, uma expressividade evidente. Enquanto que nas classes anteriores o primário só tinha representatividade na estrutura local (na freguesia), nesta classe, aquele sector emerge claramente nos indicadores de peso relativo no Conti-

nente. São territórios menos despovoados que os descritos anteriormente e onde aparentemente, em 1991, ainda havia recursos demográficos capazes de travar processos de esvaziamento mais graves.

Neste padrão territorial reside 14% da população do Continente, ocupando 27% da área, em 17% das freguesias. Entre 81 e 91, verificou-se uma diminuição de área de implantação (34% de área em 1981 passou para 27%, com mais ou menos a mesma população) e implicitamente de perda demográfica. Em 1991, todos os escalões etários têm baixa representatividade no Continente.

### *Os territórios de transição*

É o padrão dos índices fracos e intermédios inferiores. São territórios aparentemente de transição. Eles demarcam-se dos outros pelo seu contributo no contexto do Continente (nem muito nem pouco, um pouco abaixo do razoável). Assim, têm um peso relativamente fraco de população residente (jovens, adultos e idosos), um terciário social e económico pouco significativo a nível nacional e um secundário ligeiramente mais significativo. A variação da população é também intermédia.

Neste padrão territorial reside 15% da população do Continente, ocupando 12% da área, em 9% das freguesias. Esta classe, com as características de 1991, não existia em 1981. O processo de regressão das actividades agrícolas e de industrialização e terciarização da economia explicam esta grande mutação. Assim, em 1981 a classe mais próxima tinha uma estrutura de residentes com o sector primário mais pronunciado e os residentes do sector terciário ainda pouco representados. Aparentemente, este padrão territorial representa os processos de urbanização em curso.

### **2.3. Os Territórios Urbanos**

Esta grande classe compreende uma grande diversidade de matrizes territoriais numa pequena extensão territorial: o “urbano jovem e muito populoso”; o “urbano populoso”; o “urbano moderadamente populoso” e o “urbano moderadamente denso”. Estes territórios ocupam só 9% da área do Continente e concentram 50% da população residente em 8% das freguesias.

São os indicadores de estrutura etária e de actividades que melhor definem os quatro padrões territoriais desta grande classe. Em 1981, havia mais ao menos as mesmas classes, mas com características ligeiramente diferentes. É de realçar que o índice de concentração (alojamentos/edifícios) ganhou importância na definição da tipologia e o indicador variação populacional não é o indicador com maior peso na diferenciação interna. Em termos globais, de 81 para 91, o peso populacional destas categorias ganhou importância no contexto do Continente. Se em 1981 só se evidenciavam os escalões dos 15 – 24 e dos 25 – 64 anos, em 1991 todos os escalões ganham repre-

sentatividade no contexto nacional. É nestes padrões que reside cerca de metade da população do Continente.

De 1981 para 1991 reforçou-se a complexidade do mosaico metropolitano. Em 1981, este grande grupo estava mais circunscrito às áreas metropolitanas. Em 1991, o puzzle metropolitano fragmenta-se e diversas coroas ou anéis aparecem. Os centros tradicionais em perda de representatividade demográfica emergem dramaticamente e as diferentes freguesias adjacentes vão apresentando dinâmicas e características inerentes aos processos de metropolização em curso (dinâmicas imobiliárias, expansão residencial, novas centralidades de comércio e serviços, estagnação e realocização industrial).

### *Urbano, jovem e muito populoso*

Nos territórios do Urbano, jovem e muito populoso encontramos uma importante franja de população nacional, designadamente de residentes activos. É a classe dos índices elevados e muito elevados. Assim, é elevado ou muito elevado o peso da população residente (jovens, adultos e idosos), dos activos do sector terciário económico e social e do secundário e dos níveis de participação no mercado de trabalho. A densidade populacional é também elevada e a variação populacional razoável (classe intermédia inferior). De 81 para 91 evidenciou-se a importância das camadas etárias mais jovens (0 aos 14 anos e 15 aos 24 anos).

Neste padrão territorial reside, em 1991, 15% da população do Continente, ocupando 0,5% da área, em 1% das freguesias. Em 1981, esta classe ocupava menos área (0,22%) e menos população (9%). Hoje em dia esta classe desenha um anel metropolitano em Lisboa e outro no Porto e pontualmente emerge no restante território, designadamente nas cidades de Coimbra, Évora, Setúbal e Portimão.

### *Urbano populoso*

O Urbano populoso é a matriz dos índices altos e elevados. São territórios com um índice de alojamentos por edifícios muito alto e um peso populacional no contexto nacional muito significativo (alto índice de jovens, adultos e idosos). Em termos de actividades, residem populações activas no sector terciário e secundário (peso elevado no contexto do continente). Na estrutura das freguesias domina o terciário económico e social e a população com 25 aos 64 anos.

Neste padrão territorial reside 10% da população do Continente, ocupando 1% da área em 1% das freguesias. Desenha um anel nas áreas metropolitanas e emerge ligeiramente em algumas cidades, designadamente Braga, Vila do Conde/Póvoa do Varzim, S. João da Madeira, Castelo Branco, Faro e Marinha Grande. Em 1981, ocupava um pouco mais de área (1,5%) e con-

centrava muito mais população (18%). De 1981 para 1991, algumas freguesias (20 freguesias) passaram para os territórios anteriormente tratados e outras (16 freguesias) aproximaram-se do próximo tipo (“urbano moderadamente populoso”). Nas áreas metropolitanas este padrão perde representatividade nos centros tradicionais, os quais entram em processos de perda demográfica. Em 1981, algumas cidades também se realçam (Portimão, Faro, Évora, Castelo Branco, Marinha Grande, Coimbra, Ovar, Póvoa do Varzim – algumas delas transitam para a tipologia anterior em 1991). Assim, a perda de representatividade deste grupo deve-se aos processos regressivos nos centros tradicionais da cidade.

Em 1991, o “urbano populoso” e “urbano muito populoso” concentram 25% da população em 1,5% da área. São sobretudo as coroas residenciais dos activos metropolitanos e algumas freguesias mais populosas de algumas pequenas cidades médias.

### *Urbano moderadamente populoso*

Os territórios do Urbano moderadamente populoso são a matriz dos índices intermédios e altos. No entanto, tem um índice de alojamentos por edifício muito elevado e densidades populacionais por freguesia muito variáveis. São territórios moderadamente populosos (pesos populacionais razoáveis nas várias franjas etárias) e aqui reside uma massa significativa de activos do sector terciário e do secundário (índices altos). Na estrutura da freguesia domina o terciário económico e a população com 25 aos 64 anos.

Neste padrão territorial reside 12% da população do Continente, ocupando 2% da área, em 2% das freguesias. Em 1981, a classe correspondente tinha 9,5% da população e ocupava 3% de área. Houve um processo de reforço demográfico e o indicador alojamentos por edifícios ganha definição. É também um padrão predominantemente metropolitano.

### *Urbano moderadamente denso*

São territórios que apontam ser de transição. As classes intermédias dominam nos indicadores. O peso populacional é razoável (classe intermédia inferior) em todas as franjas etárias e em termos de actividades evidencia-se um peso razoável (superior) dos residentes activos no terciário económico e social e no secundário e altas taxas de actividade. As densidades populacionais não são altas (classe intermédia).

Neste padrão territorial reside 13% da população do Continente, ocupando 5% da área, em 4% das freguesias. Em 1981, os valores eram aproximadamente iguais (13% de população em 6% de área). Ao contrário dos padrões anteriores, este não é exclusivo das áreas metropolitanas. Se por um lado, está no rebordo exterior das áreas metropolitanas, por outro evidencia-se pontualmente por todo o território do continente, fazendo emergir um urbano moderadamente denso.

## 2.4. O centro das metrópoles

Os centros das metrópoles merecem um enfoque especial. Os processos de despovoamento e de envelhecimento da população foram tão intensos, sobretudo em Lisboa, que as suas características são muito semelhantes às verificadas nos Territórios Rurais. Nos centros das metrópoles residem cada vez menos pessoas e os que ficaram são os mais velhos e já não activos. As dinâmicas populacionais são regressivas. Só o indicador “alojamentos por edifícios” é naturalmente e significativamente diferente dos Territórios Rurais. Esta aproximação no comportamentos dos demais indicadores determinou que os Territórios Rurais e o Centro das duas metrópoles ficassem na mesma categoria territorial. De 1981 para 1991, a população residente diminuiu e a área em “crise da cidade tradicional” acentuou-se.

De 1981 para 1991, o território nacional ficou aparentemente mais rural em termos de área e mais urbano em termos populacionais.

[Quadro n.º 1]

| TERRITÓRIO                           | População (%) | Área do continente (%) |
|--------------------------------------|---------------|------------------------|
| Rural despovoado e muito regressivo  | 5%            | 32%                    |
| <i>Rural despovoado e regressivo</i> | 8%            | 18%                    |
| Rural                                | 13%           | 50%                    |
| Urbano difuso industrial             | 8%            | 2%                     |
| Rural agrícola despovoado            | 14%           | 27%                    |
| Os territórios de transição          | 15%           | 12%                    |
| Rural e Urbano                       | 37%           | 41%                    |
| Urbano, jovem e muito populoso       | 15%           | 0.5%                   |
| Urbano populoso                      | 10%           | 1%                     |
| Urbano moderadamente populoso        | 12%           | 2%                     |
| Urbano moderadamente denso           | 13%           | 5%                     |
| Urbano                               | 50%           | 8.5%                   |

## 3. Dinâmicas e tipologia de Áreas Urbanas<sup>4</sup>

### 3.1. Tipologia Urbana

Partindo de uma análise territorial ao nível das freguesias, passa-se para uma perspectiva analítica em torno das áreas urbanas<sup>5</sup>. A principal questão é esta: que dinâmicas estão a atravessar as cidades e os territórios urbanos?

<sup>5</sup> Ver figuras n.º 3 e 4

<sup>6</sup> A Tipologia de Áreas Urbanas foi aprovada pela 158ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística na reunião plenária de 3 de Julho de 1998 e publicada no Diário da República, II Série, de 11 de Setembro de 1998.

No Continente podem definir-se quatro grandes tipos de áreas urbanas:

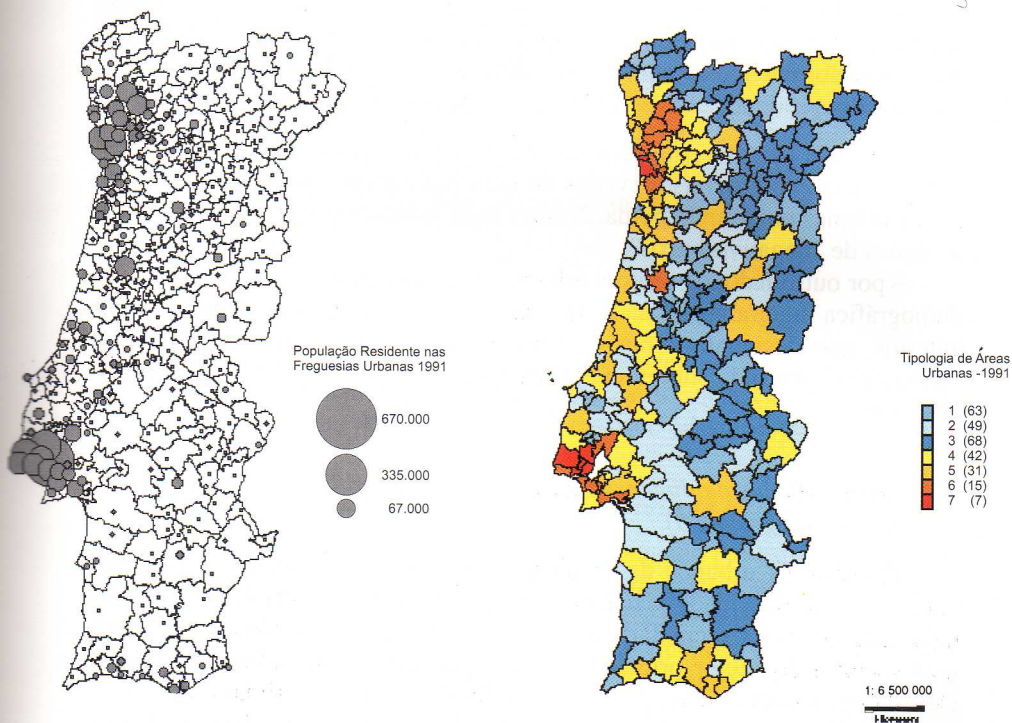
Áreas urbanas regressivas e envelhecidas

Áreas urbanas em perda

Áreas urbanas de dimensão e estrutura demográfica intermédia

Áreas urbanas dinâmicas e jovens

Fig. N.º 3 e n.º 4



NOTA: A tipologia das áreas urbanas está representada na totalidade do concelho, embora ela só se refira à área urbana (freguesias urbanas do concelho)

#### *Áreas urbanas regressivas e envelhecidas (figura n.º 4 – código 3)*

São áreas urbanas de fraca dimensão populacional, marcadas por uma estrutura etária muito envelhecida, onde há uma forte representatividade das famílias de pequena dimensão, o número de alojamentos por edifício é muito baixo e em termos de actividades dominam os residentes activos no sector terciário de natureza social. Neste tipo evidenciam-se indicadores classificados de “muito baixo”, designadamente: dimensão dos centros urbanos muito fraca, população jovem (0-14 anos e dos 15-24 anos) muito pouco representativa, população residente activa e sectores de actividade sem expressão

nacional. Neste contexto regressivo e pouco representativo ao nível do Continente, há dois indicadores que emergem: a população residente com mais de 65 anos e a população residente activa no terciário de natureza social. São, assim, áreas urbanas débeis marcados por estruturas populacionais envelhecidas e com uma estrutura de actividades suportada pelos serviços públicos de natureza social.

*Áreas urbanas em perda (figura n.º 4 – código 1 e 2)*

São áreas urbanas de fraca dimensão populacional e em perda, marcadas por uma estrutura etária envelhecida e uma densidade populacional fraca. Neste tipo dominam indicadores classificados de “baixo” e “fraco”.

Podem-se identificar nesta classe dois *clusters* urbanos:

– por um lado, os pequenos centros ou áreas urbanas, com fraca dimensão populacional e níveis elevados de envelhecimento, que designamos por Áreas urbanas em grande perda. Nesta classe realçam-se os indicadores classificados de “negativo-baixo”.

– por outro lado, os centros urbanos com uma dimensão e uma estrutura demográfica ligeiramente mais favorável que os identificados no *cluster* anterior, que designamos por Centros Urbanos em razoável perda. Nesta classe dominam indicadores classificados de “negativo-fraco” e “razoável-inferior”.

*Áreas urbanas de dimensão e estrutura demográfica intermédia (figura n.º 4 – códigos 4 e 5)*

São centros urbanos de dimensão intermédia no contexto em estudo, com níveis de densidade razoáveis, onde há localmente uma forte representatividade do sector secundário e uma fraca importância do terciário de natureza social e do sector primário. No entanto, estas áreas urbanas têm uma elevada representatividade de residentes activos no sector primário no Continente. Neste tipo de territórios urbanos dominam indicadores classificados de “razoável superior” e “razoável inferior”.

Podem-se também identificar neste tipo dois *clusters* urbanos:

– os centros urbanos onde domina a classificação de “razoável superior” e “razoável inferior”. São os designados Centros urbanos de transição (código 4).

– os centros urbanos com uma estrutura e uma dimensão demográfica marcada por indicadores classificados de “positivo-alto” e “razoável-superior”, designados Centros urbanos de transição-positiva (código 5).

*Áreas urbanas dinâmicas e jovens (figura n.º 4 – código 6 e 7)*

As Áreas urbanas dinâmicas e jovens apresentam uma forte dimensão demográfica no contexto nacional, com uma estrutura etária muito jovem, onde residem a grande maioria dos residentes activos do sector secundário e do terciário, com um número de alojamentos por edifício muito elevado e onde a presença da mulher no mercado de trabalho é relevante. Neste tipo áreas urbanas dominam indicadores classificados de “elevado” e “muito elevado”. Nesta classe está representada a maior força demográfica urbana do país e também aqui podem-se identificar dois *clusters* urbanos:

- os centros e áreas urbanas com indicadores classificados de “positivo-elevado” ou “positivo muito elevado”. São grandes concentrações urbanas residenciais (código 6).

- os centros e áreas urbanas com indicadores classificados predominantemente de “positivo-muito elevado”. São as maiores concentrações residenciais do Continente (código 7).

**3.2 Padrão territorial do mosaico urbano**

As estruturas tipológicas apresentadas traduzem-se num padrão urbano que por vezes acompanha outras vezes descola do mosaico territorial apresentado anteriormente. Analise-se então o mosaico urbano-espacial.

*Estruturas urbanas débeis e frágeis na maioria do território nacional*

A maioria do território do Continente é pontuado por estruturas urbanas muito débeis (áreas urbanas de muito fraca dimensão populacional) e com estruturas demográficas muito frágeis (populações envelhecidas e variações da população estáveis ou negativas). São os pequenos centros urbanos da rede complementar. Os territórios envolventes são regressivos e os pequenos centros urbanos acompanham essas dinâmicas regressivas. Assim, numa vasta área do território do Continente prevalecem os centros urbanos regressivos e envelhecidos e os centros urbanos em perda. Só as cidades de dimensão intermédia contrariam as dinâmicas regressivas e descolam do contexto urbano envolvente: Chaves, Bragança, Vila Real, Guarda, Viseu, Covilhã, Castelo Branco, Portalegre, Elvas, Évora, Beja e Santiago do Cacém. Neste conjunto destaca-se Vila Real, Viseu, Covilhã, Castelo Branco e Évora.

Nesta extensa mancha territorial pontuada pela debilidade dos pequenos centros da rede complementar evidencia-se ainda o seguinte:

- a fragilidade urbana é muito intensa e contínua sobretudo no Vale do Douro, no Norte Alentejano e no Pinhal Interior;

- a fronteira também contribui para o reforço da fragilidade urbana das áreas interiores.

– a fragilidade urbana atinge ligeiramente o litoral na Região Centro e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, e claramente no Alentejo (prolongando-se até ao Algarve).

### *Estruturas urbanas dinâmicas em territórios circunscritos*

Entre Viana do Castelo e Coimbra, na direcção norte-sul, e do Porto a Vila Real, na direcção oeste-este, desenha-se um extenso triângulo caracterizado pela presença de estruturas urbanas dinâmicas e relativamente jovens. Nesta extensa mancha emergem alguns Centros Urbanos dinâmicos e jovens, designadamente a cidade de Braga, o Sistema Urbano do Vale do Ave (Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão), a Área Metropolitana do Porto (com destaque para o Porto e Vila Nova de Gaia) e a cidade de Coimbra.

A mancha perde vitalidade para oriente, aparecendo o Vale do Sousa a fazer a transição entre uma metrópole dinâmica e um interior claramente regressivo. No Vale do Sousa dominam áreas ou centros urbanos de dimensão e estrutura demográfica intermédia. Para sul, aparentemente emerge um extenso eixo urbano até Coimbra, tendo uma bifurcação para o litoral, entre Águeda e Aveiro/Ílhavo.

Em Lisboa e Vale do Tejo, realça-se a Grande Lisboa e a Península de Setúbal. Nesta área, sobressai Lisboa, Oeiras, Sintra, Amadora, Loures e ainda Vila Franca de Xira, Cascais, Almada, Seixal, Barreiro e Setúbal (estes últimos fazendo parte de um *cluster*-urbano diferente). Esta mancha urbana apresenta uma forte vitalidade demográfica e uma dimensão demográfica muito significativa. Trata-se de uma estrutura mais densa e mais concentrada do que a da Área Metropolitana do Porto. Enquanto na A.M.Porto só as áreas urbanas de dois concelhos estão no patamar superior da tipologia urbana, na A.M.Lisboa há cinco concelhos que apresentam áreas urbanas no tipo superior.

No Oeste realça-se Alcobaça e Torres Vedras (Caldas da Rainha, Mafra e Peniche numa classe inferior) e na Lezíria do Tejo, sobretudo Santarém (Almeirim e Benavente numa classe inferior). No Médio Tejo, uma estrutura policêntrica constituída por Abrantes, Tomar, Torres Novas e Entroncamento emerge, mas são áreas urbanas características de um tipo inferior.

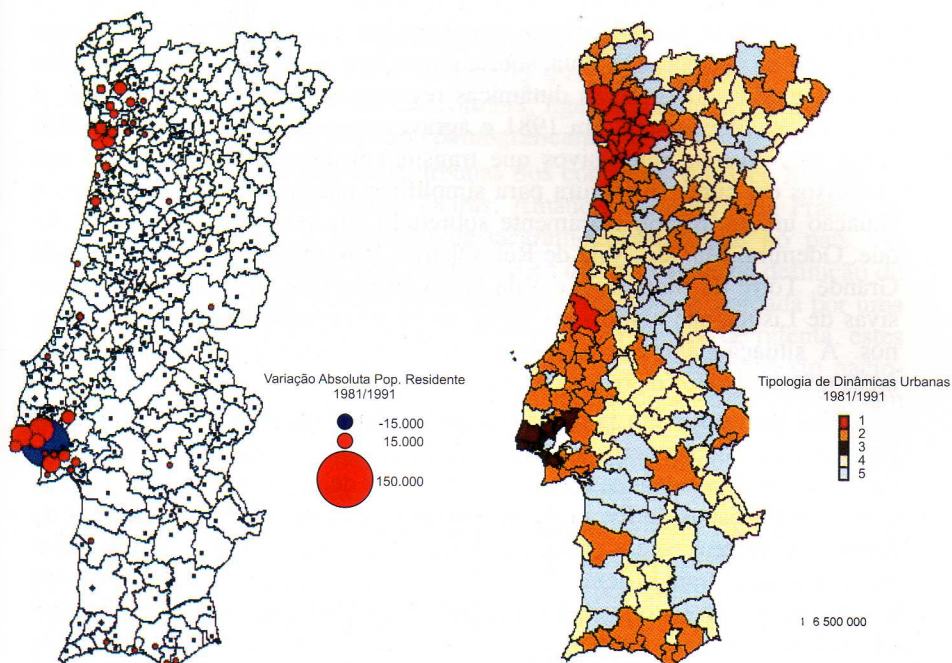
No Algarve, a mancha urbana linear impõe-se de Lagos até Tavira, com destaque para Faro, Olhão, Loulé e Portimão.

Concluindo, evidencia-se claramente uma estrutura forte e concentrada em torno de Lisboa e uma outra mais estendida e menos concentrada em torno do Porto.

### **3.3. Dinâmicas na década de oitenta**

Em 1981, a tipologia urbana era em linhas gerais muito semelhante. Na década de oitenta, o Continente dividiu-se em dois sectores que retratando sobretudo dois processos em curso: um estável-regressivo ou regressivo (figura n.º 6 – códigos 4 e 5) e outro dinâmico (figura n.º 6 – códigos 1, 2 e 3).

Fig. N.º 5 e n.º 6 – Dinâmicas urbanas – 1981/1991



NOTA: A tipologia das dinâmicas urbanas está representada na totalidade do concelho, embora ela só se refira às dinâmicas da área urbana (freguesias urbanas do concelho)

Admitindo-se como ponto de partida estes dois processos, pode-se sistematizar o seguinte:

a) Processos urbanos regressivos e “ilhas” de esperança

A grande maioria das áreas urbanas do país manteve ou perdeu densidade populacional, população jovem e dimensão populacional. Perderam claramente população dos 15 aos 24 anos, população residente potencialmente activa e representatividade no Continente. Os mais idosos diminuíram a representatividade nacional mas ganharam peso local. As modificações na estrutura da população residente activa marcaram de forma menos significativa esta classe de variação.

Concluindo, na década de oitenta a maioria das áreas urbanas dos concelhos do Continente “encolheram” ou “imersirām”, acompanhando de perto o movimento de perda demográfica de grande parte do território nacional.

Será ainda de realçar que a Cidade de Lisboa e do Porto sentiram também claramente um processo de perda demográfica. Lisboa perde densidade populacional, peso demográfico e população de várias idades. No Porto, as dinâmicas são regressivas mas menos acentuadas.

Nos territórios em perda, os centros urbanos também sentiram a situação piorar na década de oitenta, sobretudo na Região do Alentejo e na Região Centro interior-sul. Aqui as dinâmicas regressivas foram muito intensas. A situação era preocupante em 1981 e agravou-se para 1991. Podem identificar-se três *clusters* regressivos que transmitem diferentes intensidades dos processos em curso (na figura para simplificar não foram representados). A situação urbana piorou claramente sobretudo em nove concelhos: Monchique, Odemira, Marvão, Vila de Rei, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa. As dinâmicas regressivas de Lisboa são claramente idênticas às verificadas nestes centros urbanos. A situação agravou-se também significativamente em 39 centros ou áreas urbanas, todos da rede complementar.

Nos territórios em perda, as áreas urbanas em geral acompanham os processos de imersão territorial, emergindo, no entanto, algumas urbanidades com dinâmicas residenciais positivas (as “ilhas de esperança”). No Alentejo, só as áreas urbanas de Évora, Santiago do Cacém, Elvas, Vila Viçosa e Portalegre emergiram face a uma dinâmica urbana regressiva dos restantes centros urbanos. Abrantes demarca-se positivamente face a um contexto urbano envolvente pouco favorável. Na região Centro interior, a estrutura policêntrica salientou-se, com Castelo Branco, Fundão, Belmonte, Guarda, Pinhel e Almeida, Seia-Oliveira do Hospital, as áreas urbanas dos concelhos envolventes a Viseu, e ainda Lousã e Condeixa-a-Nova. Em Trás-os-Montes e Alto Douro emergem as dinâmicas positivas de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Chaves, Boticas e Murça.

b) Processos urbanos dinâmicos no tecido urbano do noroeste e a explosão da área envolvente de Lisboa (figura n.º 6)

Um número significativo de áreas urbanas localizadas em concelhos predominantemente localizados no litoral registaram um processo claramente positivo. No Norte, destaca-se uma extensa área residencial em torno do Porto, de Valença a Oliveira do Bairro, dirigindo-se claramente para o interior em direcção a Vila Real e em direcção a Viseu. O Vale do Douro, claramente regressivo, estende-se do interior até Castelo de Paiva e trava e bifurca esta dinâmica residencial.

As famílias diminuíram de dimensão, o sector secundário aumentou claramente, a densidade também subiu e áreas urbanas aumentaram de população residente. Esta mancha está marcada por um anel exterior, caracterizado por uma forte entrada da mulher no mercado de trabalho, uma diminuição clara do peso dos residentes activos no sector primário e um reforço muito alto da população residente activa do sector secundário. São áreas urbanas

marcadas por processos de industrialização, numa clara substituição das actividades primárias.

Mais a sul, entre a Figueira da Foz e a Área Metropolitana de Lisboa também se desenha uma extensa mancha urbana claramente dinâmica: em todo o Pinhal Litoral, quase todo o Oeste (excluindo Maфра, Peniche, Óbidos e Bombarral e Nazaré) e parte da Lezíria do Tejo (excluindo Chamusca, Alpiarça e Coruche). A cidade de Coimbra, ligeiramente a norte desta mancha, na década de oitenta, declinou demograficamente.

A grande maioria das áreas urbanas dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (Cascais, Sintra, Oeiras, Amadora, Loures, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal e Barreiro) destacaram-se claramente no país. As dinâmicas foram explosivas e as modificações determinantes na definição do perfil dos anos noventa. A Área Metropolitana de Lisboa é marcada por uma *cluster* específico: os territórios mais atractivos. Na década de oitenta, estes territórios urbanos conquistaram dimensão demográfica no contexto nacional, em todos os níveis etários. Os residentes activos do secundário perderam força absoluta e o terciário de natureza social aumentou claramente também em termos absolutos. A densidade e o peso demográfico continuaram a aumentar significativamente. Todos os indicadores em análise registaram variações positivas-muito elevadas ou positivas-elevadas, com a excepção naturalmente da “população residente activa do sector primário” e a “proporção de idosos na área urbana”, que naturalmente perderam muita representatividade na década de oitenta. Foi a área do país que em termos demográficos mais fortaleceu.

No Algarve, como já se referiu, os processos residenciais intensificaram a estrutura linear urbana. Os centros ou áreas urbanas aumentaram de dimensão residencial, a densidade populacional cresceu, os mais jovens ganharam peso relativo e o terciário social e económico atingiu uma maior expressão.

#### 4. Conclusão

Partindo dos pressupostos enunciados no início do texto sintetiza-se o que foi demonstrado.

1. É verdade que na década de oitenta as metrópoles e as cidades estenderam-se e os espaços de residência alargaram-se. O tecido urbano está a perder continuidade e a ficar mais fragmentado. Esta afirmação é sobretudo válida no Noroeste, em torno do Porto. Em Lisboa, os processos aparecem mais concentrados e contínuos a esta escala de análise. No Algarve, as dinâmicas residenciais também são fragmentadas mas lineares.

2. Os limites entre as cidades e os campos diluíram-se. O urbano estendeu-se e novas morfologias urbanas e/ou rurais surgiram. Foram identificados padrões territoriais nos processos em curso. As categorias habituais de “cidade” e “campo” ou “centro” e “periferia” mostraram-se insuficientes perante a complexidade de padrões e dinâmicas. Extensão, dilatação, comple-

xidade, densidades irregulares, dinâmicas descontínuas foram características presentes nesta apresentação. Ficou provado que a cidade está a transformar-se e algum rural a urbanizar-se. A partir das características da população residente já é claro que estão a surgir e a construir-se novas configurações territoriais.

3. Por outro lado, ficou claro que um vasto território está em despovoamento e as pequenas cidades e os pequenos centros nem sempre resistem a estes processos regressivos. Os pequenos centros urbanos cada vez crescem menos e o “campo” perdeu drasticamente a sua massa demográfica. Os territórios em perda aumentaram a sua área e aparentemente o “campo” estendeu-se. Está a haver transformações que estão a mudar a organização territorial. Enquanto as cidades intermédias resistem e dão alguma sustentabilidade ao Sistema Urbano Nacional, os pequenos centros urbanos (sedes de municípios, centros de uma rede urbana complementar) por vezes não conseguem travar as dinâmicas regressivas e não resistem a uma mudança no sentido de uma perda demográfica residencial.

4. Os processos em curso na Área Metropolitana de Lisboa distinguem-se claramente das dinâmicas do Porto e áreas urbanas envolventes. Tendencialmente, o sistema urbano está a estruturar-se em torno destas duas estruturas urbanas. Os centros tradicionais das cidades de Lisboa e do Porto estão também em perda residencial. Entre Coimbra e Lisboa tem-se registado algum dinamismo nos pequenos centros ou cidades intermédias, desenhando uma estrutura aparentemente polinucleada (ainda em construção). A expansão urbana está também a afectar quase todos os centros urbanos dos concelhos do Noroeste e a mancha residencial parece estar a estender-se para sul em direcção a Águeda e em direcção a Viseu. Fora das manchas urbanas metropolitanas destaca-se, pelas características do seu dinamismo, Aveiro e Leiria. Coimbra está num processo de perda, mas a sua dimensão populacional e as suas características populacionais ainda se destacavam no sistema urbano em 1991. O Algarve diferencia-se pela sua linearidade urbana. Fora disto, são as pequenas “ilhas urbanas” (cidades de dimensão intermédia) que emergem num vasto território imerso ou em imersão.